

«Representações da diocese do Funchal na *Insulana* de Manuel Tomás», in Franco, J. E., Costa, J. P. O. (dir.), *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global: História, Cultura e Espiritualidade* [Vol. II], Funchal, Diocese do Funchal/Esfera do Caos, 2015, pp. 349-354.

Representações da Diocese do Funchal na *Insulana* de Manuel Tomás

Palavras-chave: Diocese do Funchal; *Insulana*; Epopeia; Manuel Tomás.

Sinopse:

Pretende-se com esta comunicação dar conta das representações histórico-literárias da Diocese do Funchal na epopeia *Insulana* de Manuel Tomás e esclarecer a questão do estado clerical ou laical do próprio autor.

Na estância 103 do canto VI da *Insulana* de Manuel Tomás, o Tempo profetiza a João Gonçalves Zargo a elevação da vila do Funchal a Cidade por decreto de D. Manuel. Para confirmar o novo estatuto administrativo da capital da Ilha, o Rei Venturoso manda erguer um Templo «para exercício / dos louvores da Suma Omnipotência». Refere-se o autor à Sé do Funchal, descrevendo-a como «Magnífico, Real, e Alto Edifício, à vista grato, alegre na aparência». As suas grandiosas qualidades arquitetónicas e artísticas merecem do poeta quatro estâncias de avantajada adjetivação. Note-se, contudo, que a epopeia inverte a ordem histórico-causal, fazendo da construção da Sé uma consequência direta da investidura da cidade, quando na verdade a carta régia que dá foros de cidadania ao Funchal é de 21 de agosto de 1508, altura em que a construção da Sé, dirigida pelo Mestre das Obras Reais, Pêro Anes, se achava em fase de conclusão, tendo-se iniciado em 1493. Não obstante, sabemos da importância histórica e estratégica da elevação do Funchal a cidade para a abertura do processo junto da Santa Sé em vista à materialização do intento de D. Manuel de criação de uma diocese com sede na cidade do Funchal. Sobre esta instituição, exarada em bula papal a 12 de junho de 1514, não nos dá notícia o Tempo personificado na epopeia de Manuel Tomás. Todavia, se não refere explicitamente a ereção da Diocese, a epopeia não ignora o papel que esta e os seus prelados exerceram no desenvolvimento histórico, cultural e social da Ilha, como se atesta nos versos da estância 129:

Olha na Catedral as Dignidades,
E os Cónegos, que cria a Régia Alteza,
Que em virtudes se aumentam nas Idades
Em letras, sangue, glórias, e nobreza,

A partir da estrofe 126 do canto VI, refere-se a vinda à Madeira do bispo D. João Lobo, a mando de D. Manuel, ocorrida efetivamente em 1508. Não sendo bispo do Funchal, veio à Madeira como delegado do Vigário de Tomar, senhor da jurisdição eclesiástica de toda a Ordem de Cristo, e a quem cabia o governo espiritual nas terras e províncias de além-Mar. D. João Lobo, Bispo de Tânger, acabaria por ser o primeiro prelado a exercer funções episcopais na Diocese do Funchal, tendo benzido a própria Sé. Manuel Tomás, em nota marginal, diz que foi o primeiro Bispo de anel a vir à ilha, e fundamenta a sua visita com o desejo de D. Manuel de aumentar “o seu famoso Templo”, não ficando claro se se refere à ampliação física da Sé, se à dilatação da fé.

Certo é que do “jornaleiro” de Deus louva o poeta o extraordinário zelo evangelizador e a ação caritativa em benefício da saúde física e espiritual dos ilhéus, registando ainda a consagração que fez da Igreja do Espírito Santo da Lombádia.

Do primeiro bispo nomeado para a Diocese do Funchal, D. Diogo Pinheiro¹, canta o autor da *Insulana* a grandeza e a gravidade, destacando o seu título de primeiro proprietário do erário da Diocese, e realça, do seu exercício, a consagração da Sé, que ocorreu efetivamente a 18 de outubro de 1516, tendo presidido à solene cerimónia o bispo emissário D. Duarte.

O funesto surto da peste em 1521, o episódio da eleição à sorte de Santiago Menor como padroeiro da cidade, a construção de uma igreja em sua honra, o milagre da cura com a mistura de sãos e infetados e a deposição da vara no altar do Santo pelo Guarda-Mor da saúde, o panegírico do santo protetor constituem outras tantas cenas da vida da Diocese e da cidade que a pena do poeta se esmera em pintar pela voz profética do Tempo.

Depois de revelar a João Gonçalves Zargo uma série de pinturas proféticas relativas a episódios bélicos passados no norte de África, narrados na primeira metade do canto VII, a partir da estância 106, o Tempo volta a evocar notáveis figuras da galeria eclesiástica da Diocese do Funchal. D. Martinho de Portugal, que sabemos ter sido o primeiro e único Arcebispo da Arquidiocese do Funchal, entre 1533 e 1547, é considerado um «prelado singular e egrégio», relembra-se o seu título honroso de arcebispo e o seu parentesco régio, aludindo à sua ligação familiar a D. João III, prerrogativa com que magnifica a cátedra episcopal. Com honras e estatutos mais que duplica o privilégio do seu cabido, resume a voz poética. Do seu sucessor, D. Gaspar do Casal², frade da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, enaltece o sujeito poético a providência de Jano, por solicitar mais pastores para a sua Diocese. D. Jorge de Lemos³ foi, segundo os documentos históricos, o primeiro a ocupar o sólio episcopal, tendo dirigido *in loco* a Diocese durante cinco anos e oito a partir da metrópole, e é por isso simbolicamente considerado o «primeiro proprietário nos amores da Esposa, cuja vista estima e pede». Segue-se-lhe D. Fernando de Távora, frade dominicano da Ordem dos

¹ Bispo entre 1514 e 1525.

² Bispo entre 1552 e 1556.

³ Exerceu o múnus episcopal entre 1556-1569.

Pregadores⁴, caracterizado como um alto vigilante contra o lobo rapace, numa possível alusão à ameaça pirata; é comparado ao «candelabro com luz precioso, e rico», cuja história contribuirá para perpetuar a glória dos Távoras.

O terrível saque dos corsários franceses ao Funchal, a 3 de outubro de 1576, «praticado com requintes de selvajaria e carnificina»⁵, representa um enorme rombo patrimonial e espiritual para a Diocese, cujas consequências mais funestas são enumeradas na estância 142, do canto VII: os altares são destruídos; os templos divinos são profanados; todos os objetos religiosos de valor são roubados, «com mofa infame, e com profano insulto».

Em 1574, estando a Diocese privada de bispo havia 13 anos, segundo informe histórico, é recebido com grande entusiasmo no Funchal o bispo D. Jerónimo Barreto⁶. Recebe este prelado do poeta os maiores elogios e a maior atenção, a ele dedicando três estâncias, onde o compara ao seu santo onomástico e exalta as suas virtudes morais, espirituais, intelectuais (o bispo tinha-se formado em Cânones na universidade de Coimbra) e administrativas. A este propósito louva-se a promulgação que fez de Constituições Sinodais, após a convocatória de um sínodo diocesano.

A figura religiosa que merece mais amplo destaque nesta epopeia insulana é o Beato Frei Pedro da Guarda, a quem Manuel Tomás dedica todo o canto VIII, 128 estâncias, para cantar as virtudes e os milagres do servo de Deus. Trata-se, no entanto, de uma figura anterior à fundação da própria Diocese.

O elenco cronológico dos bispos da Diocese é interrompido no livro VII e retomado na estância 32 do livro IX. O relato histórico é conseguido ainda por meio do dispositivo épico-literário da profecia, que permite ao narrador narrar acontecimentos anteriores ao tempo da escrita, mas posteriores ao tempo da ação. No entanto, os vaticínios emanam já não da boca do Tempo, mas da figura mitológica de Proteu.

D. Luís Figueiredo de Lemos exerceu o episcopado durante vinte e dois anos, entre 1586 e 1608. Natural dos Açores, notabilizou-se pelas inúmeras reformas e obras que promoveu, pela sua erudição e pelo seu dinamismo evangélico e administrativo. Reformou as Constituições Sinodais, reorganizou a Diocese, lutou contra a escassez de clero e de serviços, reparando igrejas, construindo presbitérios, criando cartórios e

⁴ Volta a governar a diocese a partir de Lisboa, «por medo de enfrentar o mar e aborrecido da falta de vista» diz-nos Eduardo Pereira na sua obra *Ilhas de Zargo* (1968³, p. 447). Foi bispo do Funchal entre 1570 e 1573.

⁵ Pereira, 1968³, p. 447.

⁶ Bispo entre 1547-1585.

tombos paroquiais. Foi o primeiro a acumular as funções de Bispo com as de Governador e Capitão-General do arquipélago, perante a ausência destas autoridades civis e militares. Deve-se-lhe também a construção de um paço episcopal e de um seminário. Manuel Tomás não lhe poupa elogios, tecendo em sua honra um elaborado e grandiloquente encómio, onde destaca estas e outras virtudes de carácter e de ação do prelado. Morreu rodeado de portentosos sinais de santidade, de que a *Insulana*, nas estâncias 42 e 43 do canto IX, dá testemunho:

Gastada a vida em obras sinaladas
Com divinos exemplos e doutrinas,
Tão modesto nas causas precatadas,
Que serão suas vistas peregrinas;
De assíduas penitências ocultadas
Dará mostra em cilício e disciplinas,
Com que no fim de sua breve idade,
Ao louro aspirará da santidade.

Deixou depois da morte os sinais claros,
Com quem esta verdade se assegura,
Em as luzes e cantos que preclaros
Lhe honraram de noite a sepultura,
Que o Tempo que Pai é dos casos raros,
Públicas glórias sempre lhes procura,
E nunca as de virtudes sinaladas
Duram muito, sem serem reveladas.

Nesta última estrofe, o poeta faz eco do testemunho dos que afirmam terem visto luzes e cantos em S. Luís, onde o ilustre prelado fora sepultado.

Do seu sucessor, o franciscano D. Frei Lourenço de Távora, vaticina o poeta, por intermédio de Proteu, os «seus intentos valorosos» e as suas «virtudes altas». Será severo e constante nos mandatos, punindo com amor os negligentes; será cuidadoso na formação e seleção do clero; praticará a esmola e a penitência, vivendo com grande sobriedade e zelo apostólico. Já no fim da vida renunciará a um grande bispado para se retirar a um convento em Elvas. Exerceu o cargo eclesiástico na Madeira entre 1610 e 1617, podendo deduzir-se que Manuel Tomás o terá conhecido pessoalmente.

No entanto, o prelado a quem Manuel Tomás dedica maior atenção é D. Jerónimo Fernando. Facto explicável desde logo por ter governado com grande dinamismo e distinção a Diocese durante trinta e dois anos, entre 1618 e 1650, e o arquipélago, como governador-geral, mas também por ser coetâneo do próprio poeta, tendo a *Insulana* sido publicada durante o seu exercício, em 1635. O poeta engrandece

as altas virtudes deste bispo: a sua ascendência régia (era efetivamente quarto neto bastardo do rei D. Duarte); o seu zelo, fé, humildade, sabedoria, facúndia e amor profundo. Diz-se que «aumentará da Igreja o grande tesouro»; sendo o preferido de todos os pastores, mostrará ser verdadeiro *pater familias*. Cumprirá com zelo evangélico e moral o seu cargo eclesiástico; praticará a caridade sincera e liberal para com os pobres. Assinalado é também o seu desejo de evangelizar e morigerar os comportamentos do povo, tendo para isso percorrido todo o arquipélago em visitas apostólicas. Não é referido, mas a história diz-nos que D. Jerónimo Fernando foi realmente o primeiro bispo a visitar Porto Santo. Outro facto relevante da sua atividade episcopal, a que o poeta dá ênfase, foram os três sínodos que promoveu, «em proveito das almas celebrados», com vista à reforma dos costumes do povo e do Clero, e à conformação dos estatutos aos cânones sagrados. Destaca-se a sua erudição e estudo constante, tendo os «doutos livros noite e dia», por «mais desenganados companheiros» e «discretos conselheiros». Também lhe não faltaram as tão valiosas virtudes da providência e da prudência, sendo nesse campo comparado respetivamente às figuras mitológicas de Jano e Nestor. Desprezará privilégios e favores, será exigente na escolha dos seus servidores, selecionando apenas os melhores. A segunda parte do encómio do prelado é preenchida com referências à sua admirável campanha enquanto governador, mostrando uma personalidade tão belicosa na defesa da Ilha como pacífica no anúncio da palavra de Deus, o que leva o poeta a sentenciar, não sem alguma ironia: «Jerónimo na Paz, César na guerra». À margem da estância 71, Manuel Tomás informa o leitor de que três vezes este bispo foi governador-geral. E no discurso diegético enumera algumas das suas medidas políticas. Investiu sobretudo no aumento das defesas da Ilha contra corsários e piratas: reforçou fortalezas, alteou muros, construiu armadilhas, mandou reparar a artilharia. Mas também se distinguiu na reparação e reforço dos muros das ribeiras, para fazer face às cheias, num ato considerado pelo poeta de «alta prudência».

Como pudemos constatar, na epopeia *Insulana*, as representações da Diocese do Funchal nos primeiros 100 anos da sua existência têm como referentes personalidades da alta hierarquia eclesiástica, nomeadamente, os bispos. Tratando-se de um relato fundamentalmente cronístico e de um género literário proclive ao louvor e à glorificação de homens poderosos e de estirpe social elevada, é normal que Manuel Tomás fale da história da Diocese do Funchal a partir da elite dos seus líderes, omitindo a ação do

povo leigo e do clero. Aliás, esta foi a prática comum também do género historiográfico conhecido como político ou factual até inícios do séc. XX.

Se é verdade que os retratos literários dos bispos denotam alguma tipificação, no decalque de determinadas virtudes como o zelo apostólico, a caridade, a humildade, a sabedoria, não se pode escamotear a preocupação que o autor teve de vincar particularidades que a própria história sanciona, acabando por conferir suficiente singularidade a cada um dos prelados, com base em ações e iniciativas pessoais que o próprio terá colhido nos registos historiográficos.

Considerando os entraves que o vate admite ter encontrado no acesso aos arquivos históricos do Funchal⁷ e a falta de credibilidade histórica que lhe foi imputada pela escassez de fontes⁸, o confronto das estâncias consagradas à crónica dos bispos com a moderna história eclesiástica dão razão ao Censor Bartolomeu do Vale Cabreira, quando salienta, na encomiástica censura, o valor histórico da *Insulana*, considerando que o autor «à força de trabalho em descobrir e buscar arquivos e muita lição dos autores, traz à luz seu nascimento [da Madeira], e descobre os heroicos feitos de seus filhos, que o avaro e invejoso esquecimento tinha já sepultado em seu seio». Ademais, Henrique Henriques de Noronha não se coíbe de tomar a *Insulana* como uma das principais fontes históricas para a sua História da Diocese do Funchal⁹, transcrevendo amiúde as estâncias da epopeia para ilustrar os factos históricos que narra.

⁷ No prólogo que antecede a narrativa épica, queixa-se o autor dos arquivistas do Senado do Funchal por o terem impedido de consultar os documentos que tinham à sua guarda: «[...] e nos muitos Privilégios, Foros e Exceções que acharão nos Tomos das Mercês que também guarda o Senado do Funchal, que me não fiaram, como se de sua vista me houvera de ficar algum privilégio, coisa que sem querer me concederam, com me livrar de mais trabalho». Valdemar Guerra (2003, 193-194) explica esta recusa do Senado com as desinteligências que Manuel Tomás teria amiúde com a edilidade funchalense, devido ao seu ofício de intérprete dos navios estrangeiros. Para a história do descobrimento da Ilha, informa-nos o poeta que se apoiou no mesmo manuscrito utilizado por João de Barros, na Década I^a da Ásia, identificado por Cabral do Nascimento (1932, 98) como sendo o de Gonçalo Aires Ferreira, que também serviu de base documental a Gaspar Frutuoso. Para além disso, Manuel Tomás admite ter colhido informação histórica na tradição oral, fazendo fé na memória dos homens. Para a história eclesiástica em particular não nos refere as fontes consultadas, mas é possível que tenha recorrido quer à tradição oral quer à documentação existente na Diocese. Note-se, contudo, que os bispos sobre os quais apresenta mais informação são precisamente os que foram seus contemporâneos.

⁸ Nascimento, 1932, 99.

⁹ Noronha (1996), Henrique Henriques de, *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da história da diocese do Funchal na ilha da Madeira*, SRTC/CEHA, Coimbra.

Por fim, assoma uma questão essencial para o âmbito deste congresso e da nossa reflexão: seria, como sugerem alguns estudiosos, o próprio Manuel Tomás um membro do clero desta Diocese, cuja história aqui celebramos? Há unanimidade quanto à data e local de nascimento: Guimarães, 1585¹⁰. Sabe-se que terá vindo para a Ilha da Madeira ainda novo¹¹, embora se desconheçam as causas, e faleceu a 10 de abril de 1665¹². Quanto ao estado eclesiástico, sugerido por Álvaro Rodrigues de Azevedo, em nota ao livro 2º da obra de Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*¹³, e antes pelo poeta inglês M. T. Hughes¹⁴, nunca ficou comprovado. Em 1932, na revista do Arquivo Regional da Madeira, num texto intitulado *Manuel Tomás e as fontes históricas da “Insulana”*, certamente da autoria de João Cabral do Nascimento, diz-se que alguns autores o consideram judeu e que tal facto não seria impedimento para que fosse padre, como aconteceu com muitos judeus convertidos ao cristianismo, chegando Álvaro de Azevedo a considerá-lo cónego da Sé do Funchal. Todavia, o argumento aduzido pelo anotador das *Saudades da Terra* – sustenta o autor do artigo – não é convincente, pois assenta na referência que o censor da *Insulana*, o cónego Bartolomeu do Vale Cabreira, faz à benesse adquirida por Manuel Tomás no decurso de muitos anos. Ora, “benesse” – esclarece o poeta e erudito madeirense – não tem de significar literalmente benefício eclesiástico, uma vez que a palavra pode ter sido empregada em sentido figurado.

Pela nossa parte, estamos em crer que a palavra presente na censura nem sequer é “benesse”, mas sim a expressão latina *bene esse*, justificada pelo sentido da frase e

¹⁰ Abonam, primeiramente, em favor de Guimarães como local de nascimento dois textos estampados no prólogo da própria epopeia: as *Décimas* em louvor da *Insulana*, do padre Pêro da Silva; e a censura de Bartolomeu Cabreira, aludindo ambos à cidade vimeiranaense como terra natal de Manuel Tomás. Em 1722, Henrique Henriques de Noronha (1996, 113; 413), indica a mesma naturalidade e daí em diante todos os outros estudiosos do autor. Machado (1752), na Biblioteca Lusitana, atribui a paternidade de Manuel Tomás a Luís Gomes de Medeiros, professor de medicina, e a Grácia Vaz Barbosa.

¹¹ Em 1610 já vivia na Ilha, pois data desse ano o assento batismal, realizado na Sé do Funchal, de Maria, filha do soldado Cristóvão de Lugo, de quem Manuel Tomás foi padrinho. Vide ARM, RP, Batismos da Sé, Lº 14, nº 14, fl. 145.

¹² Não obstante Henriques de Noronha informe que o poeta faleceu no ano de 1661, “por desastre” (1996, 114), lê-se no assento lavrado na Sé do Funchal (Livro 8º dos Defuntos, fl. 34 v.) que Manuel Tomás faleceu a 10 de abril de 1665 e que foi sepultado no antigo Convento de S. Francisco (local destinado aos fidalgos). Faleceu sem fazer testamento «por ser apressada a sua morte de uma facada que lhe deram» (Apud Nascimento, 1932, 97). Ambos os registos convêm na morte acidental, mas nada adiantam quanto à causa. A informação de que foi assassinado pelo filho dum ferrador surge pela primeira vez na *Biblioteca Lusitana* de Barbosa de Machado, sendo posteriormente replicada no *Dicionário Bibliográfico*, nas notas de Álvaro de Azevedo ao livro 2º das *Saudades da Terra* e no *Elucidário Madeirense*. Contudo, como bem nota Cabral do Nascimento (*Ibid.*, 96), não há provas cabais, e as apresentadas são contraditórias. Dos restos mortais do poeta ou da lápide que os cobria não se sabe o paradeiro, terão tido o mesmo funesto destino do panteão que os albergava.

¹³ Azevedo, 1873, 398.

¹⁴ Antes de Azevedo, já o inglês M. T. Hughes tinha escrito, em *The Ocean Flower*, (Londres, 1845, p. 2): *Manuel Thomas, a dignitary of the Cathedral Church of Funchal, who wrote his Insulana [...]*».

pelo trocadilho de Cabreira com o duplo sentido de “estar” e “ser” que o infinitivo do verbo *esse* veicula. Atentemos no excerto: «Não faltavam ao Autor Gloriosas Empresas no Pátrio Solo, da leal guerreira e insigne Guimarães [...] mas como generoso, se dá por mais obrigado a esta Princesa, e deleitosa Ilha, em que pelo discurso de muitos anos adquiriu o *bene esse* de que tão bem dotado está; que da própria Pátria que lhe deu o primeiro *esse*». Manuel Tomás, na voz elogiosa de Cabreira, sente-se em maior dívida para com a terra adotiva, onde na longa estância de muitos anos adquiriu o *bem-estar* de que usufrui, do que pela terra que lhe deu primeiro o *ser*, ou seja, Guimarães. Note-se que a expressão e o infinitivo *esse* aparecem a itálico, e ainda que o autor utiliza o artigo definido masculino para *bene esse*, e não o feminino, como seria curial, se se tratasse efetivamente do lexema “benesse”. A própria mancha gráfica permite perceber um intervalo entre os dois termos.

Em 1951, noutra artigo publicado igualmente na Revista do *Arquivo Histórico da Madeira*, Cabral do Nascimento acrescenta que o nome de Manuel Tomás não figura na relação dos cónegos da cidade do Funchal, organizada em 1658¹⁵. Afirma ainda que existe um documento na Torre do Tombo (*Portarias do Reino*, L.º 2º fls. 154) onde se dá conta de um Manuel Tomás intérprete de navios estrangeiros na Ilha da Madeira, levando o intelectual madeirense a questionar-se se não será o autor da *Insulana*. Esta questão só ficará cabalmente esclarecida em 2003, no estudo histórico de Jorge Valdemar Guerra, «Judeus e Cristãos-Novos na Madeira, 1461-1650», adossado à publicação do importante documento conhecido como “Rol dos Judeus e seus descendentes”, pelo Arquivo Histórico da Madeira. Em abono da estirpe judaica do poeta não é despiciendo o facto, já anteriormente sublinhado por Cabral do Nascimento¹⁶, de Manuel Tomás ter publicado os seus dois principais poemas, a *Insulana* e a *Fénix da Lusitânia*, em Antuérpia e Ruão, duas cidades onde à data existiam importantes tipografias dirigidas por judeus portugueses e castelhanos na diáspora. Todavia, Valdemar Guerra não se fica por aqui, apresentando uma série significativa de fontes documentais que asseveram Manuel Tomás como cristão-novo, mercador, intérprete das naus, administrador da Companhia Geral do Funchal, através

¹⁵ Nascimento (1951), João Cabral, “O Descobrimento da Madeira na Poesia Narrativa”, in *Arquivo Histórico da Madeira*, nº 3, vol. 9, Edição Câmara Municipal do Funchal, p. 170. Também a historiadora Cristina Trindade, reputada especialista em História Eclesiástica da Madeira, a quem aproveitamos para agradecer os preciosos contributos para esta investigação, questionada diretamente por nós sobre este assunto, afirma não existir no cabido da Sé, no séc. XVII, nenhum cónego com o nome de Manuel Tomás.

¹⁶ Nascimento, 1932, 96.

da qual despachava caixas de açúcar e rolos de tabaco. O poeta chegou até a ser apodado por um delator do Santo Ofício de “rabino”, “domatista” e “cabeça dos ereges de nação” residentes na Madeira¹⁷. Refere-se ainda que foi irmão da confraria de Nossa Senhora do Amparo, na Sé, tal como outros cristãos novos. Posto isto, Valdemar Guerra não tem a menor dúvida de que o poeta «era efetivamente um dos mais destacados mercadores a operar no Funchal, sem embargo do anotador das *Saudades da Terra*, e outros autores, mercê duma deficiente interpretação da censura efetuada à obra *Insulana* pelo cónego Bartolomeu do Vale Cabreira, tê-lo considerado clérigo»¹⁸.

É lícito concluir que Álvaro de Azevedo não leu as *Memórias Seculares e Eclesiásticas... da Diocese do Funchal*, onde o autor, Henriques de Noronha, já em 1722 afirmava que Manuel Tomás «assistiu perto de 50 anos nesta Cidade [Funchal] com trato mercantil, onde compôs várias obras com acerto, de que imprimiu algumas; como foi o poema que intitulou *Insulana*»¹⁹. Desta mesma obra citada tomamos o argumento para a peroração.

Assim, se é verdade que por esta investigação a verdade histórica subtraíu à distinta, santa e festejada Diocese do Funchal, cujos 500 anos aqui celebramos, aquele que poderia ter sido um dos seus mais notáveis e célebres clérigos, também não podemos deixar de consentir com Henriques de Noronha que «Manuel Tomás [...] pudera bem ocupar algum lugar entre os filhos desta Diocese, pois, na assistência de cinquenta anos, se naturalizou tanto nela, que lhe deu o nome de Pátria, quase falando em profecia»²⁰; e ilustra citando a quarta oitava do livro 10 da *Insulana*, com que também nós selamos esta preleção:

Paga será, de meu Amor nascida,
Pois sendo como Pátria respeitada,
Da própria Natureza lhe é devida,
Por lei, em tantos anos conquistada,
Tempo virá, que seja conhecida,
Esta memória, agora não prezada,
Que o bem, que inveja em vida, tão mal ama,
Tem em morte, sem ela, honrada fama.

¹⁷ Guerra, 2003, 181.

¹⁸ *Ibid.*, 191.

¹⁹ 1996, 114.

²⁰ *Ibid.*, 413.

Bibliografia:

Azevedo (1873), Álvaro Rodrigues, «notas» ao 2º livro de Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Funchal.

Barros (2010), Fátima (coord.), *Funchal 500 anos: Momentos e Documentos da História da nossa cidade*, SREC, DRAC Madeira, ARM.

Correia (2008), João David Pinto, «O descobrimento da Madeira em textos de poetas “insulares” (principalmente na *Insulana*, de Manuel Tomás, e na *Zargueida*, de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos)», in Franco, José Eduardo (coord.), *Cultura Madeirense: temas e problemas*, Campo das Letras, Porto, 2008, pp. 115-138.

Franco (2008), José Eduardo (coord.), *Cultura Madeirense: temas e problemas*, Campo das Letras, Porto, pp. 115-138.

Inocência (1854), Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Guerra (2003), Jorge Valdemar, «Judeus e Cristãos-Novos na Madeira, 1461-1650», *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Transcrições Documentais 1, Funchal.

Machado (1752), Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana*, Officina de Ignacio Rodrigues, Lisboa.

Nascimento (1932), João Cabral, «Manuel Tomaz e as fontes históricas da “Insulana”» in *Arquivo Histórico da Madeira*, nº 2/3, vol. 2, Arquivo Distrital do Funchal.

Nascimento (1951), João Cabral, “O Descobrimento da Madeira na Poesia Narrativa”, in *Arquivo Histórico da Madeira*, nº 3, vol. 9, Edição Câmara Municipal do Funchal.

Noronha (1996), Henrique Henriques de, *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da história da diocese do Funchal na ilha da Madeira*, SRTC/CEHA, Coimbra.

Pereira (1968³), Eduardo, *As Ilhas de Zargo*, vol. II, Câmara Municipal do Funchal.

Tomás (1635), Manuel, *Insulana*, Amberes.